

No arco-íris da palavra-ação. Projeto de investigação e intervenção social com jovens LGBTI

Carina Dias Nogueira

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Hugo Monteiro¹

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Instituto de Filosofia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RESUMO

O presente artigo tem por base um projeto de Investigação-Ação Participativa desenvolvido numa associação de jovens LGBTI, em contexto de confinamento pandémico. A cidadania crítica e as oportunidades de confrontação com a LGBTIfobia são postas em cena, num processo de reconhecimento mútuo e de aprendizagem pela conversa que concebe a educação e a intervenção social como compromisso com o combate às desigualdades sociais, em que a expressão coletiva e o direito à diferença são postos em primeiro plano. As especificidades do associativismo jovem e dos direitos LGBTI são abordadas numa perspetiva exploratória, no sentido de criar condições de partilha e de construção coletiva em contexto de confinamento pandémico. Pretende-se dar conta do projeto desenvolvido com um conjunto de jovens LGBTI, através de grupos de discussão, visando dar continuidade e intensificar os processos de socialização e de partilha que a pandemia veio dificultar, em contexto associativo.

Palavras-chave: LGBTI; Associativismo; Cidadania; Participação; Diversidade.

ABSTRACT

This article is based on a Participatory Action Research project developed in a LGBTI youth association, in a context of pandemic confinement. Critical citizenship and opportunities for confrontation with LGBTIphobia are brought into play, in a process of mutual recognition and learning through conversation that conceives education and social intervention as a commitment to fight social inequalities, where collective expression and the right to difference are put in the foreground. The specificities of youth associations and LGBTI rights are addressed from an exploratory perspective, in order to create conditions of sharing and collective construction in a context of pandemic confinement. The aim is to report on the project developed with a group of young LGBTI people, through discussion groups aimed at continuing and intensifying the processes of socialisation and sharing that the pandemic has made difficult, in an associative context.

Keywords: LGBTI; Associativism; Citizenship; Participation; Diversity.

1. Introdução

É ainda relativamente escassa a reflexão e a intervenção, na área da educação e intervenção social, que tenha em linha de conta as especificidades dos contextos LGBTI a partir da perspetiva dos próprios sujeitos (Hillock & Mullé, 2016). Tendo em conta uma área de investigação e de ação desejavelmente orientada para a desocultação e enfrentamento das várias formas de opressão e de desigualdade social (Ferguson, 2009), o modo como coletivos e associações LGBTI (acrónimo para Lésbica, Gay, Bi, Trans e Intersexo), diversamente organizadas, encaram e enfrentam realidades discriminatórias assume interesse particular. As abordagens a

¹Endereço de contacto: hugomonteiro@ese.ipp.pt

esta população, nas suas respetivas formas de associação, organização e discursos, são particularmente relevantes ao nível do movimento associativo, pela capacidade de responder aos problemas enunciados pelas pessoas em contextos de participação e de horizontalidade, sem uma mediação institucional, que tantas vezes se revela excludente no seu formalismo. Este reposicionar da intervenção no discurso permite, muitas vezes, mobilizar pares e aliados/as, em processos desenvolvidos no sentido de proporcionar apoio, ação coletiva e dinâmicas de autoajuda (Nothdurfter, 2020).

O que aqui se apresenta dá testemunho parcial de um projeto desenvolvido ao longo do ano letivo 20/21, no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. Trata-se de um projeto desenvolvido em altura de confinamento sanitário, determinado no contexto da pandemia Covid19, que se reflete inevitavelmente no processo, mas que, acima de tudo, também define as prioridades e emergências de intervenção. Se a imposição do distanciamento físico se repercute na abordagem do terreno, obrigando, na medida do possível, a reconstruir a intervenção à distância, por outro lado também se manifestam os efeitos da desigualdade que pesam sobre as pessoas vulnerabilizadas. Com menos condições de resguardo, com menos possibilidade de efetivo confinamento e enfrentando todos os efeitos da condição da precariedade, as pessoas socialmente mais vulnerabilizadas foram também as mais expostas à infeção, além das mais afetadas pelos efeitos económico-sociais da pandemia global (Machado & Melo, 2020).

As pessoas LGBTI, convivendo com mecanismos discriminatórios que as invisibilizam, numa sociedade ainda fortemente penalizadora quanto à diversidade de orientações e de identidades sexuais (Corrêa et al., 2008), pertencem à franja de pessoas especialmente afetadas pelo estado de exceção pandémico (Soster et al., 2021). Entre o leque de opressões, que já fazem parte das vidas LGBTI (Teixeira & Carneiro, 2018), está a dificuldade acrescida em socializar problemas em ambientes seguros, construindo debate e decisão coletiva de forma participada. Em tempos de pandemia perdem-se espaços de sociabilização importantes, que dificultam processos de partilha e de diálogo entre pares.

No arco-íris da palavra-ação dá conta precisamente da construção e consolidação de espaços de debate, de palavra solta e da palavra-ação, construindo processos participados de auto e hétero-análise num espaço associativo com jovens LGBTI.

2. Um Paradigma emergente para contextos LGBTI: a metodologia de Investigação-Ação Participativa

O projeto No arco-íris da palavra-ação posicionou-se metodologicamente na Investigação-Ação Participativa, cujo enquadramento paradigmático nos exige, quanto ao contexto em apreço, uma atenção particular.

Para Boaventura de Sousa Santos (2018), o conhecimento científico, com toda a sua bagagem metodológica, tem uma dimensão normativa. Significa isto que não apenas tem uma visão que determina, de forma autoritária, a validade do saber, quem o produz e de que formas, como reproduz, na sua pretensa neutralidade, as hierarquias e as regras dominantes da sociedade através da anulação da diversidade dos saberes. A revisitação do que Boaventura de Sousa Santos (1999), no seminal *Um discurso sobre as ciências*, entendeu como “paradigma emergente”, orientação científica e social “para uma vida decente” (p. 37), significa visitar um processo de co-construção de saberes (Nunes, 2003), num processo de inversão que está muito para além da mera diversificação de métodos. Trata-se de uma reorientação epistemológica que é, também, uma condição de implicação existencial, ética e política de quem produz (ou co-constrói) conhecimento (André, 2003).

Quando nos locomovemos nos contextos, discursos, movimentos e formas de vida LGBTI, o que está necessariamente em causa é o combate à discriminação e à desigualdade que, ao mesmo tempo, descentra a produção de saberes e respetivos sujeitos (Santos, 2006a), recusando a posição hierárquica de quem fala sobre as pessoas. Trata-se na verdade de produzir discurso a partir das pessoas e com elas. São as vítimas de representações discriminatórias alimentadas por séculos quem melhor e mais habilitado está em falar de si e por si. Como escreveu Paulo Freire (2018), é nas pessoas e na sua própria experiência que reside a reflexão libertadora acerca das suas condições concretas. Aqui, significada pelo paradigma emergente, encontramos com a metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP).

A IAP, enquanto metodologia de investigação coletiva, participada e geradora de ação, prioriza a voz partilhada, dignificada e transformadora dos próprios sujeitos (Monteiro, 2019). Centrar todo o sentido da

ação na possibilidade de refletir e de partilhar opressões é intervir tendo por base o direito de cada um/a de se narrar a si mesmo/a.

Este projeto, cujo tempo de intervenção coincidiu com um confinamento pandémico, encontrou no discurso como ação mais uma oportunidade metodológica do que um constrangimento de intervenção. Porque, quando falamos de uma cidadania participada em torno das questões LGBTI, falamos menos de uma concessão de direitos do que de uma construção de direitos (Monteiro, 2011), onde o discurso dos sujeitos e as suas formas próprias de se contarem e de se narrarem são o centro do processo. Os grupos de discussão foram, neste contexto, tanto uma oportunidade de intensificação de experiência emancipatória de narrativa (Monteiro, 2019) como uma necessidade, considerando medidas de isolamento pandémico determinadas centralmente. O formato online destes grupos de discussão permitiu consolidar e intensificar a dinâmica de uma associação de jovens LGBTI.

3. Caracterização de contexto: associativismo jovem em rede

Este projeto decorreu em contexto associativo, no âmbito de uma organização constituída por jovens LGBTI e apoiantes com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos de idade. A organização tem por objetivos fundamentais o combate à discriminação de jovens LGBTI a partir do reconhecimento das suas necessidades e especificidades, a intervenção e influência nos domínios educativo, cultural, científico e político em questões do âmbito da cidadania sexual e a criação e dinamização de grupos de sociabilidade e de trabalho LGBTI.

O tempo de duração do projeto coincidiu com as medidas de confinamento pandémico, pelo que a associação centrou o seu funcionamento em atividades online. O conhecimento e contacto com a associação desenrolou-se por meios digitais, o que gerou uma interação mais limitada.

3.1. Jovens LGBTI em contexto associativo

Sabemos que os meios digitais são cada vez mais utilizados para interações sociais das mais diversas naturezas e intervir em tempos de pandemia também implica dinâmicas diferentes, desde que estejamos atentos e atentas a desigualdades geradas ou diversamente manifestadas com este tipo de recursos (Machado & Melo, 2020).

Neste caso, as pessoas da associação organizaram-se numa plataforma online, onde se partilhou a informação decorrente de reuniões, de atividades e respetiva preparação ou outros assuntos, como desabafos, comentários a notícias ou simplesmente conversas informais. Foi uma forma de conhecer a associação, indiciando também algumas inquietações e dinâmicas interpessoais.

Ser jovem LGBTI implica a inscrição num processo único e individual de autoconhecimento, de autodeterminação e, estando os/as jovens inseridos numa sociedade altamente patriarcal e binária quanto ao género, sujeitos/as a vários desafios dignos de nota e de cuidado (Oliveira et al., 2010). As especificidades das pessoas LGBTI evidenciam-se com frequência desde muito cedo, quando os/as jovens ainda são dependentes de terceiros. A dependência familiar, a que se juntará eventualmente o problema generalizado da precariedade laboral, agravado pelos problemas característicos de pertença a uma minoria social, refletem-se com muita severidade na vida destes/as jovens. O confronto com a homofobia internalizada e da sociedade, a própria saúde mental da juventude e as dificuldades, financeiras ou outras, dificultam processos de autonomização e pontuam os quotidianos destas pessoas (Carneiro, 2009).

Os/as jovens LGBTI, em situação de confinamento, encontram-se em situação de particular vulnerabilidade no que diz respeito ao seu bem-estar emocional e saúde mental, quando se enfraquecem redes de apoio e espaços informais de sociabilidade. A pandemia confina jovens LGBTI frequentemente em ambientes hostis. As famílias de origem, muitas vezes, refletem o estigma social mais amplo e tornam-se uma fonte de discriminação para a juventude, aumentando o sofrimento mental durante a adolescência e enquanto jovens adultos/as. Alguns/algumas jovens LGBTI que residem com os pais/as mães durante a atual crise relataram angústia, associada a esforços para ocultar sua identidade de género e/ou orientação sexual dos membros da

família (Gato et al., 2021; Santos, 2020). Esta situação de confinamento contribui para o isolamento da juventude LGBTI, privada de um espaço seguro onde possa afirmar-se e interrelacionar-se.

Ora, para a associação em questão, o mais importante é as pessoas LGBTI estarem juntas, em proximidade afetiva e mantendo laços de pertença que possa constituir portos de abrigo. Foi, por isso, priorizada a necessidade de criação de um espaço online que colmatasse o isolamento destes/as jovens.

3.2. O sentido geral da intervenção

Para levar a cabo esta intenção foi criado um grupo online, desejavelmente conduzido pelas pessoas participantes e de tema livre. O contacto – progressivamente mais intenso apesar do constrangimento da distância – com esta realidade e suas características permitiu a co construção e desenvolvimento do projeto, que se centrou no processo de organização e de concretização de um grupo de ajuda online, com as características diferenciadas que enunciaremos de seguida.

A criação deste grupo de ajuda online, com o nome “Liga-te e Conversa”, surgiu a partir do contacto estabelecido entre associados/as e coordenação da Associação, quando se verificou existirem apenas atividades temáticas, centradas exclusivamente na iniciativa de quem as propunha. A ideia, então, foi criar um momento de discussão e sem tema previamente definido, colocando na agenda apenas as emergências determinadas pelos/as próprios/as jovens no decorrer das sessões. Tratou-se, então, de construir um dispositivo de partilha de experiências e de reflexão pessoal e política, geradora de participação e promotora de continuidade ou intensificação de dinâmicas associativas. O processo passou pela organização de sessões virtuais (doze, no total), cujo processo explanaremos mais à frente. Foram organizados grupos de discussão, com uma composição variada, mas nos quais cinco pessoas foram elementos constantes: três homens cis e gays, uma mulher cis e bissexual e uma pessoa não-binária. Recordemos que os grupos de discussão permitem “(...) recuperar a participação ativa do sujeito na pesquisa, outorgando-se a liberdade para expressar sua opinião sobre o sentido de suas ações relacionadas à sua vida cotidiana” (Manrique & Pineda, 2009, citados por Godoi, 2013, p.4).

Os contactos com os/as jovens decorreram principalmente no “Liga-te e Conversa”, em que interagíamos inicialmente com uma pequena apresentação. A interação que se criava caracterizava-se por uma relação entre pares. Os/As jovens gays, lésbicas e bissexuais interagem com mais facilidade, o que acontecia também com a juventude não-binária. Já jovens trans, optaram por interagir essencialmente por chat, por nem sempre se sentirem confortáveis em ligar a webcam ou em falarem de viva voz. Para respeitar o seu espaço, garantindo ao mesmo tempo a sua participação, a opção foi acompanhar o processo por pequenas pausas, para ler os seus comentários e, assim, garantir a sua intervenção no desenrolar das conversas.

Torna-se uma urgência dar prioridade à voz das pessoas, em vez dos usuais dispositivos que falam por elas e em vez delas. Pretende-se caminhar com as pessoas participantes, no sentido de que estas tenham a oportunidade de explorar os seus problemas e de efetivamente ser possível favorecer a participação e livre afirmação da identidade de género e orientação sexual. Pretendemos corresponder à necessidade de perceber aquilo que representa, para as pessoas participantes, o seu contexto englobante e a sua relação com a sociedade. Reconhecemos ainda a necessidade de convocar discursos sobre a emergência e polémica das questões LGBTI atualmente, criando um espaço onde estas questões sejam partilhadas entre pares.

Passaremos a descrever o modo como o projeto foi concebido, passando por alguns pontos do seu desenvolvimento. Recorreremos a nomes fictícios sempre que contributos específicos de jovens intervenientes sejam diretamente mencionados.

4. Desenho e desenvolvimento do Projeto

Na sequência da análise da realidade e da identificação dos problemas, necessidades e potencialidades, foram criadas condições para definir a finalidade do processo de investigação-ação. Foi formulada a finalidade do projeto – “Favorecer a participação e a livre afirmação da identidade de género e orientação sexual em contexto associativo” – desdobrada nos objetivos gerais e específicos que esquematizaremos de seguida.

Os objetivos e ações, gerados a partir da dinâmica relacional com as pessoas envolvidas, obedecem ao esquema sintético ilustrado pela Tabela seguinte:

Tabela 1. Objetivos e ações

| Necessidades/ Problemas | Objetivos Gerais | Objetivos Específicos | Ações |
|---|--|--|--------------------------------|
| Falta de condições de participação | OG1: Proporcionar um espaço seguro de expressão e de partilha de posicionamentos pessoais e interpessoais | OE1: Exercer e afirmar livremente o direito de tomar posição e de se dizer a si mesmo OE2: Debater problemas e ensaiar cooperativamente vias de resolução. | Liga-te e conversa |
| Refletir relação com a comunidade envolvente | OG2: Proporcionar momentos de partilha e concretizar participação cívica | OE3: Proporcionar momentos de reflexão e de aprendizagem cooperativa OE4: Debater questões e encarar dimensões da heteronorma dominante. | O Lado “Não-Hétero” |
| Expressão de problemas e debates em torno das questões LGBTI | OG3: Explorar dimensões urgentes do debate em torno das questões LGBTI partindo de vozes concretas e de experiências de vida | OE5: Identificar formas pessoais e sociais de ler e de participar na realidade social OE6: Construir vias de debate e de crítica às normas sociais vigentes, reconhecendo a sua natureza sistémica e as formas de as enfrentar. | Saída do armário da LGBTIfobia |

O projeto incidiu fundamentalmente em três ações, desenvolvidas numa lógica permanente de partilha e de intencionalidade participativa, nas circunstâncias permitidas pela circunstância pandémica. Qualquer das ações pretendeu, em consonância com a finalidade, constituir e consolidar grupos de discussão que surgissem, a um tempo, como pequenas comunidades de investigação (Büttner, 2011), como formas de favorecimento das narrativas de si e como comunidades de interajuda em torno de problemas que afligem jovens LGBTI.

O “Liga-te e Conversa” tornou-se numa ação contínua e prevê-se a sua permanência mesmo após o “período de vida” do projeto, ocorrendo quinzenalmente através da plataforma Zoom. Foi neste espaço que nos foi possível desenvolver ações que permitissem momentos informativos e de livre expressão da identidade de género e orientação sexual. A dinâmica coerente das três ações realizadas obedeceu a uma lógica comum, em que a aprendizagem pela conversa, a observação participante e a escuta ativa conduziram à abordagem e exploração dos núcleos temáticos descritos a seguir, analisados em preceitos metodológicos qualitativos e relacionais.

4.1. O “Coming out”

A questão do “coming out”, definida como processo pelo qual alguém escolhe assumir uma identidade não heterossexual, não pode ser perspectivada de forma linear. De acordo com uma determinada perspetiva, o “coming out” é um dispositivo de afirmação de si mesmo, inultrapassável pelo modo como valida e retira da clandestinidade formas de vida, sexualidades, afetos e sociabilidades. De uma outra perspetiva, porém, há que atender aos desequilíbrios e desigualdades – pessoais, laborais, familiares ou outras – que dificultam ou impossibilitam o processo, tornando indesejável ou excludente um discurso que o tome como central. Há ainda que considerar as reservas legitimamente colocadas por quem não se revê numa afirmação que

pressupõe o assumir de uma identidade tida como sólida e potencialmente essencializante. Estas questões foram tidas em consideração na abordagem em grupo, mesmo se conduzidas pela dinâmica inerente ao desenrolar da ação (Oliveira et al., 2010).

Na primeira atividade em que foi explorado o “coming out”, este tinha sido definido como um processo variável, ao mesmo tempo individual e relacional. Alguns/ algumas jovens manifestaram-se bastante à vontade com o seu “coming out”, ao ponto de dar conselhos aos/às restantes colegas (homens gays, mulheres lésbicas e pessoas não-binárias). Por outro lado, houve jovens que ainda estariam no início desse processo e procuravam espaços como este para encontrar respostas.

Trata-se de uma partilha delicada, onde as clássicas categorizações patentes no acrónimo LGBTI podem ser lidas como identidades rígidas e estanques, reprodutoras de uma norma excludente e fruto de construções sociais ocidentalizadas (Oliveira et al., 2010), contra as quais se confrontam identidades fluidas, rebeldes tanto à norma heterossexista², quanto ao binarismo de género que a rege, passando pela norma reguladora que vai sobrevivendo, até com fôlego renovado, nos discursos das identidades homossexuais.

O acrescento da letra “Q”, referente a “queer”, no acrónimo LGBTI vem colocar sobre desconfiança a possível rigidez contida nas palavras anteriores. Mais do que uma teoria ou identidade, “queer” surge como o “espaço de desestabilização, subversão e emancipação” (Santos, 2006b, p.7), fazendo sair da linearidade categorias que, como escreve Butler, se instauram e se abandonam alternadamente (Butler, 2017), sem que se fixem ou estabilizem numa afirmação decisiva. A palavra “queer” recusa categorizações que, inclusivamente, acabam por contrariar a dinâmica emancipatória da luta pela diversidade (Almeida, 2004), ao operarem a partir do que falsamente se unifica, ou corre o risco de se unificar, em qualquer das identidades presentes na sigla LGBT.

4.2. Ativismo e política

Abordou-se também a importância do empenhamento político e das vantagens e desvantagens do ativismo online. Os/as jovens chegaram à conclusão que, por muito que seja importante o ativismo, nem toda a gente tem as condições necessárias para o exercer (por não se identificar, por ainda não ter feito o “coming out”, por viver em meios pequenos, misóginos e LGBTIfóbicos, entre outros motivos), mas que, mesmo assim, há para alguns/algumas a facilidade em partilhar informação no seio familiar, com amigos/as, até ao ativista puro e duro, que projeta a sua voz online, na rua e em movimentos sociais.

Os aspetos que surgiram como comuns às pessoas LGBTI passam por considerar que a comunidade LGBTI ainda é vista e tida como uma minoria transgressora, o que pressupõe ação coletiva. Foi também referido o facto de se tentarem relativizar certos tipos de preconceitos e estereótipos sobre si, o sentimento de empatia com outras minorias, como as mulheres, como pessoas vítimas de racismo, entre outras. Este aspeto tornou-se particularmente relevante na discussão gerada, num outro momento do projeto, em torno do recente ascenso da extrema-direita em Portugal e no mundo.

Paulo refere a passividade dos partidos e forças convencionais em relação a uma recente organização de extrema-direita do espectro político português. Sol acrescenta que, depois da maior expressão destas forças políticas, os comportamentos e discursos LGBTIfóbicos vulgarizaram-se mais, por se sentirem mais legitimados. Isto faz com que pessoas LGBTI corram riscos grandes (em relação à sua integridade psicológica e física) a cada segundo que passam, na rua ou nas redes sociais.

Estas últimas palavras de Sol refletem consciência da população LGBTI, mas também o receio face ao que acontece em Portugal e no mundo em relação à crescente ascensão de posições LGBTIfóbicas, que legitima e parece normalizar diversos comportamentos e discursos discriminatórios, marcados pelo discurso de ódio contra a comunidade LGBTI.

² Entende-se por “heterossexismo” o sistema ideológico e valorativo que dá preponderância a uma norma heterossexual, que discrimina, exclui, nega e invalida comportamentos, valores e identidades que não se adequem ao seu padrão (Santos, 2006b).

4.3. “O lado não-hétero”

As ações 2 e 3 foram organizadas com o pressuposto de se realizarem com as mesmas pessoas da “Liga-te e Conversa”.

Procurou desocultar-se e explorar-se o discurso quotidiano do grupo a que pertencem seus participantes, com suas ideias, argumentos e motivações, relativos aos seus comportamentos sociais. Cada participante figura como o “representante de um determinado discurso, sendo que a sua trajetória individual tem uma importância nesse contexto” (Meinerz, 2011, p.492). Esta ação tenta colmatar a falta de condições de participação e livre expressão de sentimentos e a necessidade de perceber aquilo que representa para as pessoas participantes o seu contexto englobante e a sua relação com a sociedade.

Em relação a este tema, as respostas variam entre quem sente uma relação de receio associada à LGBTIfobia, entre quem sente que existe a carência de informação por parte da sociedade, aliada à falta de iniciativa de terceiros, alheios à comunidade, bem como a vergonha de falar sobre o assunto. Abordou-se ainda a questão da situação social de privilégio dentro da comunidade LGBTI.

António, homem cis, gay, refere que o medo sentido pela comunidade se deve ao facto de a sociedade, aparentemente, tolerar a comunidade LGBTI, mas o que realmente demonstra é o desprezo e a negação da sua existência, sendo que qualquer demonstração de afeto e expressão de amor por parte de pessoas LGBTI torna-se alvo de censura e crítica.

Quanto a Paulo, este tem consciência de que as questões de orientação sexual estão mais normalizadas na sociedade, ao contrário da questão da identidade de género, e reconhece o seu privilégio: “sendo eu homem branco, cis, gay e de classe média, nunca senti muito preconceito, e considero-me privilegiado por causa disso”. Afirma ainda que a discriminação existe e que é mais acentuada para determinadas pessoas da sigla LGBTI, reconhecendo que a luta pelos direitos LGBTI faz-se cada vez mais em favor de determinadas letras. Considera que “há pessoas dentro da comunidade que conseguem viver uma vida quase normal, e isso vê-se. E eu também tenho amigos, ou conhecidos, que fazem parte da comunidade e nem sequer sentem a necessidade de defender a causa. Portanto, sentem-se bem e estão tão confortáveis que não sentem essa necessidade. E não estou a dizer que têm de sentir, mas por isso é que digo que há uma diferença nos vários tipos de letras”.

Sol, respondendo a Paulo, refere a invisibilidade das pessoas não-binárias, enquanto pessoas não cisgénero, acreditando que, no geral, as pessoas não têm conhecimento sobre o que é a não-binariedade e que pode ser bastante complexo interpretar esta questão de identidade de género. Por exemplo, no Relatório Anual de 2019 sobre Discriminação contra a pessoa LGBTI+, publicado pela ILGA (2020), as pessoas não-binárias não são mencionadas, o que revela a persistência de um binarismo sistémico mesmo no interior das organizações (Teixeira & Carneiro, 2018).

4.4. Educação, saúde e LGBTIfobia: das instituições à sociedade

Quanto a este aspeto, Sol considera que a geração mais jovem tem mais abertura para as questões da não-binariedade, revelando a sua experiência no meio académico: “eu acabei por sair do armário como pessoa não-binária e isso foi muito interessante porque toda a gente estava com bastante abertura para aprender sobre isso. (...) Começaram a perguntar como utilizar pronomes neutros e o que é a não-binariedade. (...) As pessoas, à medida que iam aprendendo, iam também ensinando outras e foi uma experiência bastante positiva”. De facto, a juventude está cada vez mais familiarizada com as questões LGBTI, não porque aprenda na escola, mas pela aprendizagem entre pares, proporcionada por sociabilidades invisíveis para a convencional instituição escolar.

Sol referiu ainda que sentiu discriminação no ensino por parte da diretora de turma aos 16 anos de idade. Fala também sobre uma experiência traumática ainda hoje vivenciada por tantas pessoas LGBTI: “Fui várias vezes encaminhado para serviços de terapia de conversão devido ao facto de ser LGBTI, quando, na verdade, eu pedia e precisava de acompanhamento psicológico e psiquiátrico”. Verifica-se, no excerto e na totalidade do testemunho de Sol a persistência da patologização das expressões das sexualidades não normativas (Moita, 2006) por parte de figuras tão importantes e tão institucionalmente centrais na nossa sociedade,

como são os agentes educativos. O processo opressivo de estigmatização intensifica-se, na aparência e autoridade institucional de que se reveste essa intervenção opressiva (Monteiro, 2011).

Por sua vez, Telmo refere-se ao contexto escolar e aponta que este não é favorável para jovens LGBTI: “O que acho que é mais difícil é vivenciar a experiência, em que muitas vezes se tem que ocultar uma parte da vida, para poderes integrar-te, para poderes não ser alvo de discriminação, e para poderes ter o sentimento de pertença e normalidade em relação aos outros”. Revela assim que, para jovens LGBTI, fazer o “coming out” na escola é desafiante e podem mesmo optar por ocultar a sua orientação sexual ou expressão de género para não sofrerem discriminação. Quem se refere ao contexto escolar, refere-se também a outras dimensões da vida (Pizmony-Levy et al., 2019).

António acrescenta que ao nível da educação sexual, a escola está programada para apresentar conteúdos totalmente heterossexuais: “Tudo o que diz respeito ao conhecimento, para termos cuidados e tudo isso, vai dizer respeito estritamente à relação entre homem e mulher”. Refere ainda que a comunidade LGBTI não é incluída no sistema educativo. Cada vez mais nos aparecem notícias de que existem propostas para a inclusão de temáticas e recursos LGBTI em Educação Sexual, nas escolas, mas estas iniciativas recebem resistência (Pizmony-Levy et al., 2019).

No decorrer das conversas, espaço houve também para incidir sobre as questões relacionadas com saúde e discurso das instituições acerca das pessoas LGBTI.

Telmo aponta que, especificamente quando se fala em homoparentalidade, existem bastantes barreiras por parte dos profissionais de saúde: “Li alguns casos reais, onde existem realmente muitos obstáculos colocados por parte de profissionais de saúde no acesso à paternidade por parte de pessoas LGBTI, nomeadamente ginecologistas e médicos ligados à procriação medicamente assistida. Para estes, os serviços de saúde em questão são limitados a pessoas hétero e cis, ou seja, um casal com um pai e uma mãe, e normalmente com o pressuposto de que não irão ajudar duas mulheres e dois homens a ter um filho”. Acrescenta que acredita que a formação destes profissionais ligados à área da saúde não é adequada para as questões das pessoas LGBTI e, como tal, têm uma abordagem e um poder social heteronormativo.

António afirma que recorreu à psicologia numa fase de crise de identidade durante o “coming out” e refere que a psicóloga intensificou a sua insegurança: “dizia ‘estás com dúvidas, mas ainda não tens a certeza’. Sentia-me pendurado, ou seja, não ajudou a acalmar-me e parece que afundou mais a minha incerteza: ‘até não teres tido relações com alguém não sabes se és, de facto, homossexual, portanto vamos vendo a pouco e pouco’... E então eu continuei com um stress do caraças, até que mudei para outro psicólogo (...). Contou-me várias histórias e casos semelhantes ao meu. E pronto, essas histórias começavam com uma espécie de turbilhão numa fase inicial, mas depois tudo acabava por se normalizar e foi a partir daí que comecei a encontrar mais paz interior”. A maneira como os/as psicólogos/as tratam estas questões deveria implicar uma abertura e sensibilidade para o tema, pois sabemos que jovens LGBTI sofrem dificuldades e podem adotar comportamentos de risco (Moita, 2006; Oliveira et al., 2010).

Neste tópico, as pessoas participantes realçam a tentativa forçada, por parte de terceiros (usualmente pais, médicos/as, professores/as, psicólogos/as ou psiquiatras), de sujeitar jovens e até adultos LGBTI a métodos e terapias que reconvertissem e reprimissem aquilo que os mesmos sentiam, através da negação do “eu” de um/a jovem em plena fase de desenvolvimento, ou através de métodos invasivos de aversão em relação ao que sentiam. Tais métodos e terapias decorrem de uma patologização de comportamentos homossexuais, ainda vigente em práticas e discursos (Garcia & Mattos, 2019).

Confirma-se uma tendência, já identificada, em que um padrão heterossexista, que não necessariamente homofóbico (apesar de também presente), estabelecer-se ainda de forma recorrente na comunidade terapêutica (Moita, 2006), com expressivas consequências negativas no quotidiano de jovens LGBTI.

5. Avaliação e perspetiva de continuidade do Projeto

Aproveitando as potencialidades, os recursos, a qualidade das relações, tratou-se de criar, com as pessoas participantes, um sentimento de pertença e compromisso que, de alguma forma, as envolvesse na reflexão sobre a sua própria existência conjunta, bem como a sua relação com o meio envolvente e com a sociedade, na busca de perspetivas e estratégias para a mudança. É na constante relação que são mobilizados os

contributos de intervenção, auscultando as preocupações, as necessidades, devolvendo e negociando as intenções e questões de maior interesse para as pessoas intervenientes.

O “Liga-te e Conversa”, foi uma novidade nas iniciativas da associação. Surgiu na etapa de confinamento sanitário para que jovens encontrassem um lugar onde se sentissem à vontade para falar dos seus interesses e daquilo que lhes diz respeito, num ambiente informal e de relação de pares. Deste modo a juventude LGBTI não estaria sozinha num período que se tornou hostil para muitos/as. Criaram-se, de facto, momentos de aprendizagem e ajuda mútua através do diálogo, da troca de experiências, da abordagem a assuntos e temas de interesse partilhado e negociado. A juventude LGBTI, como se constatou ao longo do percurso, carece de meios e formas de sociabilidade, bem como de espaços como os que se proporcionam nestas atividades, onde possam afirmar-se e legitimar a sua identidade individual, social e cultural. Neste sentido, atendendo aos testemunhos recolhidos, os desígnios deste projeto evoluíram de forma satisfatória.

Previa-se que as pessoas participantes refletissem sobre as questões do seu interesse e de acordo com as suas emergências, criando intenções e sentidos de mudança. Quanto a soluções apontadas, sublinhamos as que apontaram para o reconhecimento e valorização de campanhas, ações ou projetos de pequena dimensão que se mostrem significativos para com a temática e para com a comunidade LGBTI. Sublinha-se a notada importância dos media, como aliados privilegiados para “apontar atentados aos direitos humanos”. As pessoas participantes verbalizaram ainda a necessidade de uma educação para a cidadania, que incluisse e abrangesse as questões LGBTI de um ponto de vista efetivamente informado e crítico.

Devolver às pessoas participantes as questões por elas evidenciadas, para além de responder à finalidade do projeto, permitiu sinalizar formas de melhorar e refletir sobre estratégias mais adequadas para alcançar os objetivos gerais do projeto, anteriormente mencionados, parcialmente cumpridos, mas necessariamente em aberto.

O nosso posicionamento perante o projeto implicou atribuir às pessoas intervenientes a responsabilidade pela condução do processo. A intervenção permitiu enquadrar as iniciativas já existentes, bem como pensar e sugerir conjuntamente possíveis direcionamentos presentes e futuros. O processo foi conduzido pelos atores sociais, que pensam e sentem a sua realidade da maneira mais espontânea, construindo um horizonte partilhado de sentido. Procedemos, deste modo, em coerência com os pressupostos metodológicos da Investigação-Ação Participativa (Monteiro, 2019).

6. Considerações finais

No documento coletivo de reivindicação intitulado Manifesto: para uma necessária reconstrução do trabalho social (ESEP, 2020), propõe-se a reabilitação de um trabalho social radicado nas vozes concretas de quem, no terreno, corporiza verdadeiramente as desigualdades sociais. Pode aí ler-se o sublinhar da urgência em “criar condições para, no coletivo, desocultar o que muitos pretendem manter oculto e libertar os grupos minoritários das amarras da opressão a que são sujeitos” (Idem). Neste caderno de encargos, as minorias sexuais são possíveis agentes das tramas de invisibilidade e de silenciamento que o documento anuncia. São os grupos desfavorecidos, tantas vezes silenciados no peso das generalizações ou no enunciado da etiqueta científico-institucional, os dínamos para uma política não excludente de alternativas, nascidas da palavra insubstituível de cada um e de cada uma. Em vez da acomodação e da passividade face à regra, o efeito democratizador de um projeto recolhe das pessoas o que “realmente entendem ser justo, dando razões a essa justiça, argumentando e contra-argumentando em torno dela, jogando-se em processos de decisão que progressivamente permitem ir ajustando o funcionamento democrático às necessidades e identidades pluralizantes do espaço em que se movem” (Carneiro, 2009, pp.58-59).

O projeto apresentado, incidindo fundamentalmente nas vozes que se partilharam ao longo do estado de exceção do confinamento pandémico, constituiu-se, na sua pequena escala, como um mote de reconfiguração de uma intervenção social que pretendeu sair do formalismo da instituição para redefinir a sua ação a partir das vozes das pessoas concretas. Esta reaprendizagem passou pela crítica conjunta a uma linguagem binária, pela exploração em coletivo de emergências pessoais e sociais, que passaram, não por acaso, por eixos fundamentais de uma cidadania democrática, como educação, saúde ou discurso político. As linhas de força deste projeto passaram por dar espaço de palavra, proporcionar partilhas, construir alianças e definir urgências numa pequena comunidade LGBTI, que o próprio projeto proporcionou e consolidou.

Tendo por foco o que considerámos como o arco-íris da palavra-ação, pressupomos hoje o que o próprio terreno nos comprovou: as palavras narram, agem ao narrar, desvelam-se na singularidade de uma cor com função indispensável no todo do arco-íris.

Referências

- Almeida, M. V. (2004). Teoria Queer e a contestação da categoria “Género.” In A. F. Cascais (Ed.), *Indisciplinar a teoria. Estudos gays, lésbicos e queer* (pp. 91–98). Fenda.
- André, J. M. (2003). Ciência e valores: o pluralismo axiológico da ciência e o seu valor epistémico. In B. de S. Santos (Ed.), *Conhecimento prudente para uma vida decente. “Um discurso sobre as ciências” revisitado* (pp. 351–366). Afrontamento.
- Butler, J. (2017). *Problemas de género*. Orfeu Negro.
- Büttner, P. (2011). A pedagogia da Comunidade de Investigação no contexto da formação humana. *Revista de Artes y Humanidades UNICA*, 12(2), 62–84.
- Carneiro, N. S. (2009). “Homossexualidades”. *Uma psicologia entre ser, pertencer e participar*. Livpsic.
- Corrêa, S., Petchesky, R., & Parker, R. (2008). *Sexuality, health and Human Rights*. Routledge.
- ESEP (2020). Manifesto: para uma necessária reconstrução do trabalho social. Retrieved from <https://manifestotrabalhos.wixsite.com/manifestotrabsocial?fbclid=IwAR2IfAu6spCf9WH2-7da3QWjekGKNa1PNVqV61b5aC2HPgz7dcM2TGtcpOY>
- Ferguson, I. (2009). “Another social work is possible!” Reclaiming the radical tradition. In V. Leskosek (Ed.), *Theories and methods of Social Work. Exploring different perspectives* (pp. 81–97). University of Ljubljana.
- Hillock, S., & Mullé, N. (2016). *Queering social work education*. UBC Press.
- Machado, I., & Melo, S. (2020). A pandemia e os desafios colocados aos interventores sociais. In I. Machado & S. Melo (Eds.), *Cadernos da pandemia, 4: (Re)inventar a intervenção social* (pp. 7–9). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.
- Moita, G. (2006). A patologia da diversidade sexual: Homofobia no discurso dos clínicos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 53–72.
- Monteiro, H. (2011). O sexo e a cidadania dissidente: “...onde todas as cores se misturam...”. *LES Online*, 3(1), 14–23. Retrieved from <https://lesonlinesite.files.wordpress.com/2017/03/o-sexo-e-a-cidadania-dissidente.pdf>
- Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e “palavramundo”: novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade & Culturas*, 54, 65–84.
- Nothdurfter, U. (2020). LGBT issues and critical social work. In S. Webb (Ed.), *The Routledge handbook of Critical Social Work* (pp. 424–434). Routledge.
- Nunes, J. A. (2003). “Um Discurso sobre as Ciências” 16 anos depois. In B. de S. Santos (Ed.), *Conhecimento prudente para uma vida decente. “Um discurso sobre as ciências” revisitado* (pp. 57–80). Afrontamento.
- Oliveira, J. M., Pereira, M., Costa, C. G., & Nogueira, C. (2010). Pessoas LGBT - Identidades e discriminação. In C. Nogueira & J. M. Oliveira (Eds.), *Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género* (pp. 149–210). CIG.
- Santos, A. C. (2006a). Entre a academia e o activismo: Sociologia, estudos queer e movimento LGBT em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 91–108. <https://doi.org/10.4000/rccs.867>
- Santos, A. C. (2006b). Estudos queer: identidades, contextos e acção colectiva. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 3–15.
- Soster, A. P., Rodrigues, L., & Souza, M. L. (2021). Trans e Covid-19: O desafio da (in)visibilidade e do atendimento das demandas sociais, econômicas e de Saúde. *Inclusiones*, 8(1), 292–303.
- Teixeira, T., & Carneiro, N. S. (2018). Gozar os géneros: para uma escuta queer de não-binarismos de género. *Ex Aequo - Revista Da Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres*, (38). <https://doi.org/10.22355/exaequo.2018.38.09>